

DESAFIOS A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: O “SISTEMA” E O SISTEMA

Aluízio Marino

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP Leste, especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos pelo CELACC. Atua na Coordenação de Atividades Culturais do Programa Fábricas de Cultura. Este artigo foi apresentado no I Fórum Internacional de Gestão Cultural, organizado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação – CELACC.

Resumo

Este trabalho elenca os principais desafios à gestão de políticas culturais no Brasil contemporâneo, entendida como um dilema entre dois valores antagônicos: simbólicos e técnicos. A partir disso, estabelece uma reflexão sobre as adequações necessárias. Propõe-se aqui a construção de um Sistema de Cultura que, através de ações contínuas e articuladas, garanta a cidadania cultural.

Palavras-chave: Gestão; Políticas Culturais; Valores Simbólicos; Cultura; Sistema de Cultura; Cidadania Cultural

Abstract

This paper lists the main challenges to the management of cultural politics in contemporary Brazil, understood as a dilemma between two opposing values: symbolic and technical. From this, it establishes a reflection on the necessary adaptations. We propose to build a culture system that, through continuous and coordinated actions, ensure cultural citizenship.

Keywords: Management; Cultural Policy; Symbolic Values; Culture; Culture System; Cultural Citizenship

Resumen

Este texto lista los principales desafíos para la gestión de la política cultural en el Brasil contemporáneo, entendido como un dilema entre dos valores opuestos: simbólicos y técnicos. De esto, se establece una reflexión sobre las adaptaciones necesarias. Nos proponemos construir un sistema de cultivo que, a través de acciones continuas y coordinadas, garantizar la ciudadanía cultural.

Palabras clave: Gestión, Políticas Culturales, valores simbólicos, Cultura, Sistema de Cultura, Ciudadanía Cultural

É importante ressaltar que o “Sistema” capitalista e sua lógica de mercado, no mínimo perversa, ocasionam uma série de prejuízos à sociedade, e talvez o maior deles, seja o de transformar o sentido da cultura, “coisifica lá”, torná-la um produto, mercadoria. Infelizmente esse fenômeno se reflete na gestão pública da área.

Políticas Públicas são as decisões do Estado traduzidas em programas, ou seja, ações que: 1) exprimem valores; 2) alocam recursos; 3) são planejadas; e 4) possuem objetivos e atividades socialmente relevantes e politicamente determinadas.

Pode-se dizer que as políticas públicas são instrumentos do Estado para suprir determinadas demandas, portanto é preciso compreender o “problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados” (SOUZA, 2006, p. 40).

As Demandas do Estado são tão complexas que, para facilitar o trabalho dos órgãos governamentais, as políticas públicas são subdivididas por setores. Nesta lógica estão as Políticas Públicas de Cultura.

Neste sentido, é importante contextualizar qual será a compreensão do termo para este trabalho. A análise mais condizente está dentro da teoria das culturas híbridas, proposta pelo intelectual argentino Nestor Garcia Canclini.

Segundo Canclini, culturas híbridas são o estranho resultado de uma mistura no mínimo curiosa entre “culturas populares urbanas, mudanças desencadeadas pelas migrações, processos simbólicos atípicos de jovens dissidentes, massas de desempregados e subempregados que compõem o que se chama de mercados informais”. Em outras palavras é o fruto das diferenças e das constantes interações.

No Brasil, o conceito de “culturas híbridas”, proposto por Canclini, é perfeitamente aceitável. Nossa diversidade cultural é inegável e, com certeza, o maior patrimônio cultural de nosso país. Além disso, compreender a importância da diversidade cultural é essencial para qualquer discussão acerca das políticas públicas de cultura.

As políticas culturais, ou seja, os programas e ações do Estado na área da cultura são instrumentos sociais muito importantes. Entretanto, A complexidade da Cultura torna a gestão pública da área um grande dilema: os valores simbólicos que a permeiam são antagônicos quando comparados com os valores técnicos da gestão, em que a exatidão e a previsibilidade são características essenciais.

Infelizmente, esse dilema faz com que muitos gestores públicos tenham uma

visão distorcida e limitada do significado e principalmente da importância das políticas culturais.

Marilena Chauí (2005) aponta quatro diferentes tipos de modalidades de relação do Estado com a cultura no Brasil, são elas:

- a. Visão Liberal: entende a cultura como sinônimo de belas artes, vistas como um privilégio das elites.
- b. Visão do Estado autoritário: aonde o Estado tem papel de produtor oficial da cultura, regulando os demais agentes culturais.
- c. Visão Populista: produção cultural manipulada, mínima e de pobre valor cultural, versão popular das belas artes.
- d. Visão Neoliberal: entende a cultura como sinônimo de evento de massa, consagrando as manifestações desenvolvidas pela mídia.

A Visão Neoliberal seria atualmente o principal obstáculo. Nesta visão fica claro que o sistema capitalista, através de sua lógica de mercado, reduz a cultura a aspectos funcionais. Os valores simbólicos que a permeiam, sua essência, a sua aura – como diria Walter Benjamin – se perdem.

A maneira com que a sociedade interpreta a cultura também se transforma. A tendência é que as pessoas aceitem as manifestações culturais que se assemelhem a sua experiência de vida, não experimentam, ou seja, não ampliam o seu repertório. “Frui-se sem criticar aquilo que é convencional; o que é verdadeiramente novo é criticado com repugnância.” (BENJAMIN, 1982 – p.231).

Tudo isso se deve ao fato da cultura tornar-se um fenômeno mercadológico. A indústria cultural, termo brilhantemente esmiuçado por Adorno e Horkheimer (1984), seria o mecanismo que consagra as manifestações culturais da mídia. “A indústria cultural pode se ufanar de ter levado a cabo com energia e de ter erigido em princípio a transferência muitas vezes desajeitada da arte para a esfera do consumo, de ter despido a diversão de suas ingenuidades inoportunas e de ter aperfeiçoado o feitio das mercadorias.”

1. Principais Desafios

Percebe-se, portanto, que dentro da gestão de políticas culturais existe uma série de desafios e dificuldades. Para facilitar sua compreensão, seguem elencados abaixo alguns dos principais:

- a. A própria busca por uma definição consensual: não existe um consenso sobre o que é cultura, isso dificulta os gestores públicos da área.
- b. Redução da cultura a aspectos mercadológicos: o fenômeno da indústria cultural contribuiu muito para a diminuição de significado das políticas culturais.
- c. Subjetividade e Individualidade: a subjetividade dos impactos culturais torna mais difícil sua quantificação, além disso, o fato das respostas a cultura serem pessoais e individuais complica a padronização e a análise dos resultados alcançados.
- d. Valores técnicos “versus” valores simbólicos: os resultados e frutos das políticas culturais são, na maioria deles, simbólicos, ou seja, não se caracterizam como algo lógico, quantitativo. Todavia, o simbolismo da cultura é essencial e muito importante dentro realidade em que se inseri. Para tanto os gestores devem possuir *sensibilidade*, que os torne capaz de potencializá-los.
- e. Quase inexistência de políticas culturais de longo prazo, o que dificulta a aplicação de um planejamento consistente e a possibilidade de alcançar resultados maiores.

Os desafios elencados fazem com que a maioria dos gestores elaborem políticas culturais frágeis. Entretanto a importância destas políticas é vital para o desenvolvimento pleno de qualquer sociedade. O poder de transformação das iniciativas culturais é imenso, as pessoas são radicalmente beneficiadas por essas iniciativas, para tanto é de suma importância aproveitar o seu verdadeiro potencial.

2. Política Cultural em uma nova chave

Nos últimos anos, com as mudanças econômicas mundiais essas políticas ganharam um desenho muito importante, baseado na autonomia e no protagonismo social. É inegável, portanto, que “as políticas culturais devem como nunca ser entendidas como políticas sociais. Jamais foi tão necessário levar em consideração as bases culturais para a formulação de qualquer desenvolvimento consistente e sustentado” (CAETANO, 2007 – p. 21).

Para tanto, devemos entender a importância da cidadania cultural, como componente essencial ao pleno desenvolvimento. A cultura deve ser entendida como protagonista na gestão pública e “a cidadania cultural – baseada na democracia cultural e nos direitos culturais (Acesso e fruição à cultura; criação artístico-cultural; autorreconhecimento como sujeito cultural; e participação nas decisões públicas culturais) – representa um dos pilares do Estado democrático, e que este se apoia nos fortes dinamismos da sociedade”

(IPEA, 2007 – p. 7).

Marilena Chauí (2005) faz um contraponto à visão limitada adotada por muitos gestores públicos, e assim aponta uma série de características essenciais a qualquer política cultural. São elas:

- Reconhecer a diversidade cultural. Todos os indivíduos são sujeitos culturais.
- Compreender o Estado como a dimensão pública da cultura, ao estimular a produção cultural dos demais agentes culturais. Fortalecendo assim os circuitos culturais.
- Democratizar a cultura, garantindo o acesso de toda manifestação artístico-cultural a qualquer indivíduo, independentemente de seu status social.
- Negar os padrões fixos estabelecidos pela mídia e recusar qualquer tipo de privatização na prestação de serviços culturais (como bibliotecas, museus e escolas de arte).

Reconhecer a diversidade e o sujeito cultural traz inúmeros benefícios às ações públicas de cultura, tais como: a valorização da identidade pessoal e coletiva; o estímulo ao processo criativo; e a criação de novos valores democráticos. Compostas por uma série de fenômenos que tem a capacidade de promover o desenvolvimento pessoal (indivíduo) e social (coletivo), humano e econômico. Não apenas como sinônimo de belas artes, acessível para alguns poucos privilegiados. Trata-se de “um mecanismo de redistribuição de direitos e liberdades, como um elemento primordial na expansão da criatividade, da imaginação e da capacidade de transformar a realidade”. (IBGE, 2007).

Os circuitos culturais, por sua vez, consistem em um pensamento atribuído ao sociólogo J. J. Brunner, e caracterizados como as associações sistêmicas dos mais variados atores sociais. Sua comunicação e ação sistêmica trabalham com os conceitos da produção, transmissão e recepção da cultura.

“Estes envolveriam um fluxo de eventos articulados, incluindo produção, transmissão e recepção (consumo ou reconhecimento), realizadas por agentes culturais (do teatro, dança, audiovisual, artes plásticas, literatura, cultura popular etc.) e articuladas por formas de organização social (administração pública, mercado e comunidade)” (IPEA, 2007 – p. 13)

Fica claro, portanto, que os avanços pontuais necessários à política cultural brasileira consistem em combater a visão limitada de muitos gestores públicos. Reconhecendo sua verdadeira importância dentro das ações estatais, o que é necessariamente traduzido como maior previsão orçamentária e melhor planejamento estratégico. Para tanto, Teixeira Coelho (2007) defende a necessidade de implantarmos um *sistema de cultura*.

As políticas culturais devem ser adequadas ao imaginário da cidadania cultural, “para que elas sejam definidas, porém não bastam medidas isoladas em favor da cultura ou medidas isoladas que sirvam da cultura. O recurso a um procedimento sistêmico (...) é indispensável” (COELHO, 2007 – p. 10)

3. O Sistema de Cultura

Para alcançarmos a excelência na gestão das políticas culturais, ou seja, para que os programas e ações do estado compreendam a importância dos circuitos culturais é necessária a existência de um Sistema de Cultura.

Não basta que existam as ações e políticas culturais por si só. De nada adianta um emaranhado de ações traduzidas em políticas públicas para a cultura, sem que haja um objetivo comum e um compromisso conjunto, ou seja, um Sistema de Cultura.

Segundo Teixeira Coelho “sem a construção desse sistema, e o conseqüente recurso a ele, a fórmula do desenvolvimento pela cultura continuará a ser, aqui, uma expressão vazia de conteúdo, boa para alimentar discursos e seminários, mas totalmente impotente para atuar sobre o real concreto”. (COELHO, 2007 – p. 11)

O autor elenca uma série de características deste sistema, as quais consistem nos pilares de sustentação para o seu funcionamento pleno. São elas:

I. Garantir os *Direitos Culturais*, parte integrante da declaração de direitos humanos da UNESCO, descritos no artigo 27 deste documento:

Art. XXVII.

1. *Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.*

2. *Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.*

II. Aceitar a *Diversidade Cultural*, ou seja, todas as manifestações individuais ou coletivas, tanto no que tange as expressividades artísticas como nas questões de gênero e etnias.

III. Compreender a *Sociedade Civil* como a grande protagonista da vida social e política. Para tanto o governo tem papel fundamental ao legitimar as iniciativas desses atores sociais, traduzidos na maioria das vezes como ONGs e Coletivos Jovens, fortalecendo a sua atuação e criando espaços para atuação conjunta. Um ótimo exemplo de política pública nesse sentido são os Pontos de Cultura, programa lançado pelo Ministério da Cultura (MinC) que apoia financeiramente e institucionalmente, através de editais específicos, atividades culturais desenvolvidas por outros agentes culturais.

IV. Entender o *Papel Central da Cultura* em todas as políticas públicas (educação,

saúde, transporte, segurança, etc.). Pois sem que essa esteja instalada em todas as ações do Estado, o desenvolvimento humano não será alcançado por completo. Para tanto, em qualquer esfera da gestão pública, “as implicações culturais de medida devem constituir as preliminares que sustentarão o debate e a decisão” (COELHO, 2007 - p 18).

V. Promover a *Sustentabilidade da Cultura*, ou seja, fazer com que as ações culturais sejam entendidas não apenas como meio ao desenvolvimento, mas como fim, alavancada porque é de fato cultura e não pela possibilidade de gerar outros benefícios, como aumentar a quantidade de empregos ou maximizar o PIB e o IDH nacional. “Se não se pensar a cultura independentemente dos fins a que ela pode servir, se não se servir à cultura por aquilo que ela é, naquilo que ela é, isto é se não se criarem as condições para que a cultura se sustente e se desenvolva por e para seus próprios princípios, sem nenhuma preocupação com os fins que ela pode alcançar, a cultura não sobreviverá” (COELHO, 2007 - p. 18)

VI. Fomentar a *Conectividade*, interligar as ações em cultura para institucionalizar uma Rede Social própria, aonde os diferentes atores e as diferentes culturas se correspondam – diálogos construtivos, troca de experiências, fortalecimento institucional e potencializar ações.

VII. *Inovar*, a cultura é mutante, devemos sempre percebê-la através de outros ângulos e enfoques, aceitar o novo. Não existe desenvolvimento sem inovação, seja ela através do uso de novas tecnologias ou por meio das mudanças de paradigmas.

4. Considerações Finais

Fica claro que a garantia de um sistema de cultura é o melhor caminho para alcançarmos políticas públicas que efetivamente garantam a cidadania cultural. Ou seja, que respeitem a autonomia e o protagonismo dos diferentes atores sociais (cidadãos, coletivos culturais, artistas, organizações da sociedade civil, entre outros).

Felizmente, os temas que cercam a criação de um sistema de cultura estão presentes na agenda. Nos últimos anos, o governo federal, através do Ministério da Cultura, lançou iniciativas interessantes. Dentre elas, podemos destacar:

I. Plano Nacional de Cultura (PNC): mecanismo que institui, através de um conjunto de metas, um planejamento de longo prazo para a cultura (10 anos). As metas definem o cenário desejado para a cultura em 2020.

São 53 metas aprovadas¹ divididas em: 1. Reconhecimento e promoção da diversidade cultural; 2. Criação, fruição, difusão, circulação e consumo; 3. Educação e produção de conhecimento; 4. Ampliação e qualificação de espaços culturais; 5. Fortalecimento institucional e articulação federativa; 6. Participação social; 7. Desenvolvimento sustentável da cultura; 8. Mecanismos de fomento e financiamento; e 9. Políticas setoriais.

II. Sistema Nacional de Cultura (SNC): atualmente em fase de implantação é para a atual Gestão do MinC um instrumento que garantirá a articulação das diferentes esferas do Estado e demais atores culturais, em prol dos direitos culturais. “Uma aposta para assegurar a continuidade das políticas públicas da

Cultura, que tem por finalidade última/basal garantir a efetivação dos direitos culturais constitucionais dos brasileiros” (MinC, 2011. p. 26)

O PNC e o SNC são avanços inegáveis a gestão pública da cultura. Todavia deve ficar claro que são apenas instrumentos, sendo assim só alcançaram seus objetivos se os atores envolvidos incorporarem sua essência, ou seja, uma visão e desempenho sistêmico. Devem agir “como integrantes de um conjunto maior e atuem de forma integrada, a partir de uma concepção comum de política cultural e uma efetiva interação e complementaridade, capaz de provocar verdadeira sinergia no processo, potencializando os resultados das ações empreendidas e dos recursos disponibilizados.” (MinC, 2011. p. 14)

Referências bibliográficas

CAETANO, Geraldo. *A Cultura como Instância dos Projetos Sociais*. In: Revista Observatório Itaú Cultural. nº1. São Paulo, 2007, p 21-22.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350.

CHAUI, Marilena. *Cultura política e política cultural*. Estudos avançados. São Paulo, v. 9, nº 23, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=pt&nrm=iso.

COELHO, Teixeira (org.) *Dicionário de Política Cultural*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.

_____. *Política Cultural em Nova Chave*. In: Revista Observatório Itaú Cultural, nº3, p 09-21: 2007.

SILVA, Frederico A. Barbosa da ; ARAÚJO, Herton Ellery (orgs.) *Cultura viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*. Brasília: IPEA, 2010.

GHISELIN, B. *The creative process: A symposium*. Introduction. 1952, p. 11-31.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *A Indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas*. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p 169-214.

LINS, Cristina Pereira de Carvalho; ALKMIN, Antonio Carlos. *O Sistema e o “Sistema” – O projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a Cultura*. In: Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - nº4, (jan./mar. 2008). – São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

MARINHO, Marcelo. *Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. In: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol 3,

nº4. 2002, p 35-42.

MINC. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. Brasília, 2007 . Disponível em: www.cultura.gov.br/pnc

_____. *Sistema Nacional de Cultura, Estruturação, Institucionalização, e Implementação*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/>

SEMPERE, Alfons Martinell. *A Cultura como Instância Central dos Projetos Sociais*. Revista Observatório Itaú Cultural, nº1. São Paulo, 2007, p 22.

SILVA, Reimeiri Caravalho. *Indicadores Culturais – Reflexões para a Construção de um Modelo Brasileiro*. In: *Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - nº4*, (jan./mar. 2008). – São Paulo: Itaú Cultural, 2008

Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre: Sociologias. Ano 8, nº16. Dezembro de 2006, p. 20-45.

TOLILA, Paul. *Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo : Iluminuras/Itaú Cultural, 2007.

UNESCO, *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade e expressões culturais*. Paris, 2005.

Sites

www.cultura.gov.br
www.ipea.gov.br
www.ibge.gov.br
www.cultura.sp.gov.br

Notas

¹ O Plano Nacional de Cultura, suas metas e diretrizes, possuem uma página específica no portal do MINC, e pode ser acessado por meio do link: <http://pnc.culturadigital.br/metas-pnc>